

## Nota da Direção

---

O segundo número de 2018 da *Católica Law Review* permitiu consolidar o desafio de editar uma revista com artigos que resultam de uma *call for papers* e de um processo de *peer review*.

Neste número publicam-se seis excelentes artigos de Paulo de Tarso Domingues (Universidade do Porto); Pedro Múrias (CEJUR); Pedro Romano Martinez (Universidade de Lisboa); Rui Pinto Duarte (Católica-Lisboa); Tanmayi Sharma (Jindal Global Law School) e Vasiliki Fasoula (Université Paris II Panthéon-Assas).

No texto de Paulo de Tarso Domingues, recusa-se a possibilidade de, no ordenamento jurídico português, uma pessoa ter a qualidade de administrador e simultaneamente de trabalhador de uma mesma sociedade. Pedro Múrias procura demonstrar a importância do conceito de valor pessoal para as teorias do direito subjetivo. O artigo de Pedro Romano Martinez constitui um ensaio sobre os seguros de responsabilidade civil onde se relaciona o regime do contrato de seguro com as regras civis da responsabilidade civil. Rui Pinto Duarte versa sobre o conteúdo dos deveres dos administradores das sociedades comerciais.

A estes textos juntam-se as participações de Tanmayi Sharma e de Vasiliki Fasoula que se debruçam sobre temas atuais com grande relevância prática: a prova na arbitragem internacional e os desafios impostos aos contratos de trabalho dos jogadores de futebol profissionais pelo mercado laboral globalizado onde se inserem.

Inclui-se ainda um comentário de Brandão Proença (Católica-Porto) e Victor Hugo Ventura (ISCAP) ao acórdão do TJUE *Birutė Šiba v Arūnas Devėnas*.

No primeiro número desta Revista, identificou-se como desígnio a edificação de um fórum cosmopolita, a partir da Católica. Pensamos que a diversidade dos contributos que integram este número de direito privado constitui mais uma concretização dessa aspiração inicial.